

*Unidade 3*  
**EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA**

◆ *Introdução*

O **segundo sentido** pensado para o conceito de mediação, além da mediação de conflitos estudado na unidade 2, para essa formação do mediador para a ENS, toma por base o campo pedagógico configurado, portanto, como **mediação pedagógica**. Nesta unidade, não entraremos na caracterização e debate específicos sobre esse conceito, mas daremos início a esse entendimento a partir de uma área denominada **educação a distância** (EaD), como base para a compreensão e discussão da mediação pedagógica na unidade 4. Isso porque, hoje no Brasil, já se encontra bem estabelecida a ideia da possibilidade de se aprender por modalidades alternativas: presencial, mais tradicional, e a distância – com suas potenciais consequências para a real eficácia tanto em relação ao aprendizado quanto em sua capacidade de inclusão social, entendida como acesso à educação, dentro do contexto de uma política de formação de pessoas.

Elegemos três aspectos da EaD para serem estudados nessa unidade, os quais julgamos relevantes para a compreensão dessa modalidade, principalmente em sua posterior relação com o conceito de mediação pedagógica: a) Ead e sua evolução histórica; b) EaD enquanto política pública e c) EaD e tutoria, abrindo um novo campo de atuação.

A seguir, o desdobramento da unidade nas Seções 1 e 2.

## SEÇÃO 1

### A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA COMO POLÍTICA PÚBLICA

Karla França

#### ◆ *Introdução*

Na década de 1990, o governo federal tomou uma série de decisões, no campo da provisão de recursos, que potencializaram o reconhecimento da educação a distância como política pública. Com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/1996 (LBD), ficaram definidos, no Art. 80, mecanismos de regulamentação para o fomento à educação a distância no ensino superior e na formação continuada.

*Veja-se o que diz o Art. 80:*

O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.

§ 1º A educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.

§ 2º A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diploma relativos a cursos de educação a distância.

§ 3º As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas.

§ 4º A educação a distância gozará de tratamento diferenciado, que incluirá:

I - custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens e em outros meios de comunicação que sejam explorados mediante autorização, concessão ou permissão do poder público; ([Redação dada pela Lei nº 12.603, de 2012](#))

II - concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas;

III - reserva de tempo mínimo, sem ônus para o Poder Público, pelos concessionários de canais comerciais.

(BRASIL, 1996).

O Ministério da Educação e do Desporto, através do Decreto nº 1.917/1996, criou a Secretaria de Educação a Distância, com a finalidade de disseminar o uso de tecnologias de informação e conhecimento no ensino. Nos anos iniciais, as ações da Secretaria

foram voltadas para o projeto TV Escola e para a disseminação dos recursos tecnológicos nas escolas públicas. Desse esforço inicial, resultou no ano de 1997, o Programa Nacional de Informática na Educação – PROINFO:

É um programa educacional com o objetivo de promover o uso pedagógico da informática na rede pública básica. O programa leva às escolas computadores, recursos digitais e conteúdos educacionais. Em contrapartida, os estados, Distrito Federal e municípios devem garantir a estrutura adequada para receber os laboratórios e capacitar os educadores para o uso das máquinas e tecnologias.<sup>1</sup>

Já as ações da Secretaria voltadas para o ensino superior se mostraram frágeis, dada ausência de regulamentação do citado Art. 80 da LDB. Na década de 1990, desenvolveram-se experiências que ampliaram a inserção da educação a distância em atividades voltadas para a capacitação e qualificação de mão de obra, sobretudo no segmento dos cursos profissionalizantes. Em outra linha, também se observa o incentivo a cursos voltados para a complementação da formação, por meio do ensino mediado pelo uso da televisão e dos vídeos, com destaque para a TV Escola e o Telecurso 2000. Nesse período registra-se uma diversidade de ações para a complementação da formação articulada ao uso da correspondência, recursos midiáticos entre outros.

As condições de infraestrutura brasileira, a ausência de um projeto nacional de educação a distância e o reduzido alcance de acesso da população de baixa renda ao serviço de redes de comunicações (serviços de internet) se apresentaram como desafios prementes para a incorporação das tecnologias de informação e conhecimento para a disseminação da educação a distância.

Assim, para o enfrentamento das questões sociais e de infraestrutura, e como um importante elemento de inclusão social, inúmeros decretos<sup>2</sup> foram aprovados para regulamentar e ampliar a capacidade de polarização da educação a distância como uma

---

<sup>1</sup> Disponível em:

[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=244&Itemid=823](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=244&Itemid=823). Acesso em: 27 jan. 2014.

<sup>2</sup> Segenreich (2009) traz, em formato de síntese, as principais alterações na legislação brasileira para a regulamentação da educação a distância.

política pública estratégica. Afora os avanços nos marcos regulatórios, a própria ampliação e estruturação da educação a distância induziram importantes pesquisas em parceria com o Ministério da Ciência e Tecnologia, para a provisão de infraestrutura das redes e desenvolvimento de tecnologias que viabilizassem a disseminação da educação a distância no território nacional e com algumas ações internacionais, com forte potencial de crescimento no século XXI.

O arcabouço jurídico e as políticas públicas que tiveram como objetivo incorporar elementos da educação a distância na esfera do ensino, além dos avanços na provisão das redes de comunicações ao longo da década de 1990, viabilizaram, na década de 2000, a criação de importantes projetos que foram determinantes na ampliação da oferta de cursos superiores na modalidade a distância. De forma específica, trata-se da oferta de graduação na modalidade a distância voltada para a qualificação dos docentes já inseridos nos ciclos de ensino escolar, porém em conflito com a legislação nacional da educação.

Merece destaque, também, as formas de consorciamento das Instituições de Ensino Superiores (IES) para a oferta de cursos semipresenciais em interface com elementos da educação a distância para a capacitação, formação continuada e certificação dos docentes inseridos no ciclo do ensino fundamental. Citem-se como exemplos o projeto desenvolvido pelo Centro de Educação a Distância do Estado do Rio de Janeiro – CEDERJ –, criado no ano 2000, e o Projeto Veredas, criado no ano 2002 em Minas Gerais. Além disso, é o caso das universidades que oferecem um porcentual das disciplinas na modalidade a distância, conforme as diretrizes da Portaria nº 2.253/2001 (SEGENREICH, 2009).

Para conhecer mais sobre os projetos do CEDERJ e o Projeto Veredas, acesse os sítios que aparecem logo após os textos nos quadros a seguir:

Tome Nota 1:

O Consórcio Centro Universitário de Ensino a Distância do Estado do Rio de Janeiro (CEDERJ) foi instituído no ano 2000 através da cooperação das seis universidades públicas do Estado Rio de Janeiro (UERJ, UENF, UNIRIO, UFRJ, UFF e UFRRJ) e a Fundação Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro (CECIERJ). Esse é um projeto que avança na formação continuada dos professores das diversas áreas de conhecimento, ofertando cursos de licenciaturas em biologia, em matemática, em pedagogia, em história, em química e em turismo. Os cursos são ofertados na modalidade de licenciatura e bacharelado e cursos de extensão, por exemplo, na área de aperfeiçoamento de professores da rede pública no ensino de geografia com a oferta do curso de extensão em Geociências (NISKIER, 1999; BERBAT, 2008).

Tome Nota 2:

O Projeto Veredas: surgiu com o objetivo de qualificar professores do primeiro ciclo do ensino fundamental das redes públicas no estado de Minas Gerais ofertado no ano de 2002 a 2005. Constitui-se numa importante implementação de curso superior na modalidade a distância. O projeto foi desenvolvido pela UFMG como coordenadora e outras instituições de ensino superior em parceria com a Secretaria de Educação do Estado. O índice de formados foi superior a 80% (os índices de evasão foram inferiores a 3%). No ano de 2007 foi realizada outra oferta do curso sob coordenação da UFMG em parceria com a UAB (NISKIER, 1999; BERBAT, 2008).

Disponível em: < <http://portal.rnp.br/web/veredasnovas>>.

Durante a década de 2000, foi registrada uma aceleração de credenciamento das instituições de ensino superior para a oferta de cursos de graduação na modalidade a distância, sobretudo as graduações do tipo licenciatura. De acordo com a pesquisa do *Anuário Brasileiro e Estatístico de Educação Aberta e a Distância* (ABRAEAD) realizada nos anos de 2004 a 2008, houve um crescimento superior a 356% das instituições superiores que passaram a ofertar cursos de educação a distância. Ressalte-se que nas instituições que ministram cursos voltados para a educação básica o crescimento médio foi de 62,8% (ABRAEAD, 2008).

A significativa diferença na oferta entre as instituições de ensino superior e básico pode ser explicada pela legislação que credencia as instituições. No caso do ensino básico, o credenciamento cabe aos estados e, assim, a atuação das instituições se restringe às delimitações territoriais de cada um deles. No caso do ensino superior, o credenciamento é feito na esfera federal, abrangendo, portanto, todo território nacional, o que explica o fato de a oferta de vagas e o volume de matrículas das instituições serem superiores aos do ensino básico (ABRAEAD, 2008).

No entanto, é com a regulamentação do Art. 80 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, pelo Decreto nº 5.622/2005, que a educação a distância ficou assegurada. Houve a ampliação de cursos de graduação, cursos tecnológicos e de aperfeiçoamento na modalidade a distância ofertado pelas universidades privadas, sobretudo na oferta dos cursos do tipo licenciatura. No ano de 2006, através do Decreto nº 5.800/2006, foi regulamentado o Sistema Universidade Aberta do Brasil.

Clique aqui para saber mais sobre a UAB:

<http://www.uab.capes.gov.br/>

Em que pesem as críticas ao sistema UAB,<sup>3</sup> sabe-se que esse sistema ampliou o uso das tecnologias de informação e comunicação, assim como a oferta de vagas, e disseminou a modalidade da educação a distância na sociedade brasileira em todas as camadas sociais. Assim, a transformação da educação a distância como política pública ganha centralidade nas ações recentes do governo no que tange à qualificação, capacitação e formação.

Nesta seção procuramos mostrar os principais avanços no marco regulatório que transformaram a modalidade da educação a distância em uma política pública com abrangência nacional. Na seção seguinte, apontamos os desdobramentos do uso da educação a distância no planejamento estratégico de várias outras políticas públicas.

♦ *Da política pública de educação a distância à promoção de políticas públicas*

Como vimos na seção anterior, vários marcos regulatórios viabilizaram a ampliação da modalidade de educação a distância voltada para a capacitação e formação. Existe hoje uma série de Ambientes Virtuais de Aprendizagens (AVAs), conhecidos popularmente como plataformas virtuais, assim como diferentes formatos de cursos, que visam a atender aos objetivos específicos das instituições. Contudo, trazem algumas diferenças, tendo em vista a concepção e a formatação dos projetos e dos papéis dos profissionais.

Sabe-se que cursos ou atividades voltadas para a modalidade a distância apresentam características, linguagem, plataformas e formatos que objetivam atender determinada meta. Consequentemente, exigem um suporte administrativo e acompanhamento nos formatos de avaliações que precisam ser condizentes com o perfil dos cursistas e estrutura tecnológica e pedagógica.

Clique aqui para conhecer um pouco mais sobre as plataformas educacionais mais utilizadas no Brasil:

<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/link.html?categoria=268>

<sup>3</sup> Acerca do assunto, consultar Segenreich (2009).

Um projeto que se apropria dos elementos da modalidade de educação a distância necessita de um forte e contínuo **compromisso institucional, equipe técnica e pedagógica qualificada** para lograr êxito no processo de formação, aperfeiçoamento e renovação das dimensões técnico-científicas articuladas à realidade.

Nosso objetivo, nesta seção, é trazer um outro olhar sobre a educação a distância no Brasil, para que se possa compreender o uso da modalidade a distância como um elemento importante na formação e gestão das pessoas e do conhecimento no serviço público. Nesse sentido, procuramos identificar algumas estratégias que norteiam a implementação do documento intitulado *Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional*, regulamentado pelo Decreto nº 5.707/2006, assim como algumas ações implementadas a partir dos elementos da educação a distância.

Clique aqui para saber mais sobre o Decreto nº 5.707/2006:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5707.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5707.htm)

Sabe-se que a aprovação do Decreto nº 5.707/2006 resultou no lançamento do Programa Nacional de Formação em Administração Pública – PNAP –, que visa aperfeiçoar os procedimentos administrativos de gestão e orientar de forma holística a tomada de decisão dos gestores governamentais em todos os níveis da Federação (BRASIL, 2006).

O Programa Nacional de Formação tem sido implementado com a oferta de cursos de capacitação e aperfeiçoamento voltados para gestão pública em nível de extensão, graduação e especialização em parceria com o Sistema da Universidade Aberta do Brasil, as escolas de governo nacionais e estaduais, os ministérios e secretarias. Via de regra, esses órgãos realizam parceria com universidades para a realização dos projetos de formação, capacitação e qualificação.

Há uma diversidade de cursos de extensão ofertados na Administração Pública federal que utilizam recursos da modalidade a distância. Em linhas gerais, os cursos ofertados visam orientar, treinar e capacitar os gestores para o aperfeiçoamento dos procedimentos administrativos, por exemplo: a) a capacitação dos gestores na

formulação de projetos com a finalidade de obter recursos e prestação de contas; em outra linha, destacam-se os cursos voltados para b) a elaboração de documentos técnicos a fim de subsidiar o planejamento estratégico; c) cursos voltados para o acesso e aperfeiçoamento às carreiras públicas e, também, d) os cursos destinados à capacitação de gestores que visam aperfeiçoar estratégias para a efetivação de ações das políticas públicas considerando as especificidades regionais e locais.

Há de se ressaltar a pluralidade de concepções institucionais e pedagógicas dos cursos, além dos distintos perfis do público-alvo. Via de regra, existem cursos destinados exclusivamente aos servidores públicos alocados em secretarias e departamentos específicos, bem como cursos abertos à sociedade civil.

Em decorrência da ausência de uma abordagem metodológica que procure identificar e avaliar os avanços e gargalos da eficácia dos cursos ofertados pela Administração Pública na modalidade a distância, torna-se uma tarefa difícil aferir, em médio prazo, as externalidades positivas dos impactos dos cursos na promoção e viabilização das ações a que se objetivaram. Some-se a isso a carência de pesquisas que revelem o potencial do uso da modalidade a distância na disseminação e implementação das políticas públicas. Neste sentido procuramos, na próxima seção, trazer alguns exemplos de ações executadas por órgãos governamentais envolvendo a capacitação dos servidores com o uso da modalidade a distância e resultados positivos alcançados com a capacitação dos gestores e outros profissionais.

◆ *As experiências do uso da modalidade a distância como elemento indutor das políticas públicas*

A educação a distância consolida-se como uma importante política pública para a educação, e sua utilização contribui, também, para a formulação e implementação de várias outras políticas públicas no Brasil. Por conseguinte, procuramos trazer exemplos de importantes órgãos governamentais que se apropriam dos diferentes formatos e ferramentas disponíveis na educação a distância para disseminação, capacitação e implementação de determinado objetivo a ser atingido pela política pública.

Assinale-se que a utilização dos elementos da educação a distância tem revelado uma maior eficiência da política na capacitação e disseminação dos seus objetivos. Isso porque atinge um maior número de gestores com potencial de capacitação, dada a oferta superior de vagas no ensino a distância em comparação com a oferta presencial e a possibilidade de reofertas dos cursos na modalidade a distância via autoinstrução.

Há indicativos de que o uso do recurso público destinado para fins de capacitação tem logrado êxito no quesito eficiência e eficácia por meio da modalidade a distância. A seleção das experiências foi baseada em consultas aos sítios oficiais dos órgãos governamentais da esfera federal realizadas entre novembro de 2013 e janeiro de 2014. O enfoque nas três experiências visa à identificação de programas com um recorte seletivo para a formação e capacitação dos gestores públicos com foco na política pública.

Os textos, a seguir, trazem uma descrição das experiências. Não é nosso objetivo realizar uma avaliação das experiências selecionadas.

### ***Experiência 1: ENAP – Escola Nacional de Administração Pública – Consolidação da Escola Virtual***

A ENAP foi criada em 1986, de acordo com as disposições da Lei nº 6.871/1980, com a finalidade de ser uma escola de governo, do Poder Executivo federal. Atualmente, a ENAP é vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão com o *status* de fundação. A finalidade da ENAP é capacitar e aperfeiçoar os servidores públicos federais seja no desenvolvimento das atividades relacionadas à gestão que envolva formação seja no aperfeiçoamento de carreiras a médio e longo prazo.

Desde a década de 1980, a ENAP utilizou ferramentas da educação a distância para a capacitação dos gestores, apesar de suas ações com o uso da educação a distância não integrarem as prioridades no planejamento estratégico. É somente em meados da década de 2000 que a escola passou a ampliar a utilização das TICs, o que viabilizou a ampliação dos cursos de capacitação na modalidade a distância e trouxe bons resultados.

Acerca do assunto, o documento intitulado *Educação a distância em organizações públicas*, divulgado em 2006, aponta um significativo crescimento de cursos realizados na modalidade a distância, destinados à capacitação de gestores:

A estruturação da coordenação permitiu, à ENAP, aumentar significativamente as oportunidades de capacitação para o servidor público, inserir novos conteúdos e atualizar antigos cursos. No momento, a oferta é composta por mais de 20 cursos voltados em especial para a área de planejamento e gestão. Desses, oito foram desenvolvidos pela própria ENAP. Os resultados das ações da nova coordenação já começaram a se fazer sentir. Após sua criação, cerca de 20.000 servidores de todas as regiões do país concluíram cursos oferecidos pela Escola Virtual ENAP a custo zero para as organizações públicas e seus servidores e, já no primeiro semestre de 2006, a meta estabelecida para o atendimento de servidores no ano foi superada em aproximadamente 200%. (ENAP, 2006, p. 151).

A ENAP, na década de 2000, desenvolveu a Escola Virtual (da ENAP), com a justificativa de ampliação de cursos voltados ao aperfeiçoamento dos servidores por meio da educação a distância:

Para o setor público brasileiro, a educação a distância constitui uma importante alternativa, tendo em vista quadro de cerca de 500 mil servidores no Poder Executivo. O processo de capacitação exclusivamente centrado em ensino presencial é mais dispendioso, em especial se pressupõe deslocamento de servidores. A educação a distância surge, portanto, como uma possibilidade de capacitação integradora, de menor custo, considerada sua escala de atendimento, com favorecimento de treinamento no posto de trabalho, possibilitando acesso democrático à capacitação. Além disso, a opção da ENAP pela oferta gratuita de cursos a distância reforça as possibilidades de acesso do servidor à capacitação, bem como ao autogerenciamento de seu desenvolvimento profissional. Permite também a construção de redes de aprendizagem gerando conhecimentos novos e alavancando a gestão do conhecimento. (NASCIMENTO et al., 2005, p. 4).

Consulta ao sítio da escola virtual permite observar uma ampla oferta de cursos, alguns destinados ao aperfeiçoamento de servidores públicos e outros destinados à sociedade civil. Também existe uma oferta de cursos de especialização nos vários ramos da gestão

pública, destinados, gratuitamente, aos servidores públicos e autorizados pelos respectivos ministérios. Além disso, prevê-se a inclusão de mensalidades para a sociedade civil, no caso dos cursos *lato sensu*.

Em suma, o ambiente da escola virtual potencializa uma formação dos servidores em diversos espaços, seja nos cursos, seja nas oficinas e nas salas colaborativas virtuais.

A tutoria nos cursos ofertados pela ENAP, preferencialmente, é baseada na experiência acadêmica e profissional com forte vinculação ao serviço público. Em linhas gerais, existem cursos de autoinstrução em que o tutor eventualmente tira dúvidas e cursos em que o tutor exerce uma mediação com a turma, podendo utilizar os seguintes canais: *chats, fóruns, correio eletrônico e banco de perguntas mais frequentes (FAQ)*.

Atualmente, a ENAP tem ampliado a oferta de cursos de especialização e cursos de extensão na modalidade a distância com apoio das instituições parceiras nas cinco regiões brasileiras, o que viabiliza a polarização das estratégias do projeto de capacitação dos gestores em todo o território nacional.

O relatório de gestão da ENAP relativo ao período de 2011, considerando as estratégias adotadas na capacitação vinculada à Política Nacional de Desenvolvimento Pessoal, aponta um total de mais de 40 mil capacitações de servidores públicos, sendo aproximadamente 16 mil em cursos e eventos da modalidade presencial e mais de 24 mil na modalidade a distância, sobretudo em cursos voltados para as áreas de planejamento, orçamento, logística e gestão de pessoas (ENAP, 2011).

As práticas de capacitação e os resultados positivos conseguidos pela ENAP apontam a inclusão da educação a distância na agenda governamental de capacitação do servidor público. Sobretudo, é notável a ampliação dessas ações com a implementação da política nacional de formação.

### ***Experiência 2: Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas – SENAD***

Atualmente a estrutura da SENAD vinculada ao Ministério da Justiça possui uma ampla rede de cursos destinados à disseminação de informações e conhecimentos acerca de

ações de prevenção, tratamento e redução de danos ao uso de drogas. Merecem destaque as ações de capacitação desenvolvidas pela SENAD com o uso das ferramentas da educação a distância inseridas no eixo de prevenção do programa “Crack, é possível vencer”.

Clique aqui para saber mais o programa “Crack, é possível vencer”:

<http://www2.brasil.gov.br/crackepossivelvencer/home>

Sabe-se que anualmente a SENAD oferta uma série de cursos com uso da modalidade a distância em parceria com universidades federais, com a finalidade de capacitar distintos atores na prevenção ao uso de drogas, visando à disseminação do conhecimento e ao fortalecimento das redes de proteção. Em médio e longo prazo pretende-se revelar que os investimentos destinados à capacitação com prevenção ao uso de drogas são capazes de gerar externalidades positivas na economia e na coletividade.

Clique no link abaixo com a descrição das importantes experiências da SENAD com a utilização do ensino a distância:

[Experiências SENAD em EaD.docx](#)

As experiências da SENAD ocorrem em parcerias com importantes universidades federais. Existe um fluxo na oferta dos cursos, revisão dos materiais pedagógicos e ampliação das vagas que superam mais de 120 mil capacitados por ano.

Na experiência da SENAD observa-se que os cursos, de maneira geral, são hospedados nos sítios virtuais das universidades, não sendo possível identificar um portal ou escola virtual específico para as ações de capacitação da SENAD. No que tange ao perfil dos profissionais de tutoria, observam-se elementos pedagógicos que potencializam a mediação, sendo raros os formatos de cursos de autoinstrução.

As duas experiências relatadas revelam aproximações em relação à excelência no desenho dos cursos, qualidade da equipe técnica e acima de tudo compromisso com a

capacitação do servidor para melhor prepará-lo para as estratégias mais eficientes a serem adotadas nas distintas realidades locais.

Também são notáveis as diferenças nas opções adotadas e formas de execução dos projetos que utilizam as ferramentas da educação a distância. No caso do ENAP, por exemplo, o esforço é tornar estratégica, em médio prazo, a consolidação de uma escola virtual destinada para a capacitação em meio virtual. Já as ações da SENAD estão distribuídas em parcerias com várias universidades, e suas ofertas encontram-se separadas em vários sítios de universidades que hospedam os cursos de capacitação.

É intempestivo tecermos qualquer avaliação sobre as diferenças, pois estas se caracterizam como escolhas tomadas a partir de objetivos estratégicos acordados pelos órgãos governamentais e seus profissionais.

### ***Experiência 3: SINASE - de cursos de formação continuada à Escola Nacional de Socioeducação***

As recomendações do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE – se articulam a um conjunto de princípios, regras e critérios, de caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo, que está consubstanciado na Lei nº. 12.594/2012.

Clique aqui para saber mais sobre a Lei 12.594 /2012.

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm)

A gradativa e progressiva repercussão das diretrizes e o recente marco legal das ações socioeducativas impõem cada vez mais uma articulação entre os entes da Federação. É inegável que o processo de adequação e observância dos parâmetros políticos, pedagógicos e administrativos do Sistema Socioeducativo vem exigindo dos gestores públicos e também dos demais atores sociais, envolvidos no Sistema, o desenvolvimento de novas habilidades, competências e soluções.

Nesse sentido, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, em parceria com o Centro de Estudos Avançados de Governo e Administração Pública (CEAG), vinculado à Universidade de Brasília, desenvolveu, desde o ano de 2009, um projeto de formação continuada, com ofertas de cursos de extensão na modalidade a distância com oficinas presenciais. O objetivo foi colaborar para a formação profissional, técnica e de qualidade de seus principais agentes, valendo-se de espaços virtuais e presenciais.

O projeto intitulou-se *Programa de Formação Continuada – Ensino a Distância e Presencial – para Operadores do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE)* e sua primeira oferta foi no ano de 2010. Utilizou-se de ambiente virtual de aprendizagem para a oferta gratuita e a distância do curso Matriz de Formação/SINASE, com oferta de mais de 4 mil vagas destinadas à capacitação dos operadores do SINASE de todo o país.

Sem dúvida, todos que estão participando desse curso, formação de mediadores, possuem a experiência nesse projeto, pela participação em algum, ou mais, de um dos cursos propostos.

O objetivo do curso Matriz de Formação foi capacitar os gestores e profissionais nos vários níveis da Federação para a implementação do sistema socioeducativo nos estados e municípios. Vale lembrar que a oferta desse curso ocorreu em concomitância ao andamento do Projeto de Lei nº 1.627/2007, que resultou na Lei nº 12.594/2012.

Um aspecto necessário a considerar no processo de capacitação foi a elaboração da matriz de conteúdos comum como base da política do SINASE e sua transposição para o meio virtual, em diferentes formatos, para facilitar a distribuição e acesso ao conhecimento/conteúdos. Outro aspecto a ser ressaltado diz respeito aos pressupostos que nortearam o processo pedagógico do programa de formação, que tem favorecido a construção de cenários flexíveis. Merece destaque um conjunto de ações que podem ser identificadas nas diretrizes do programa de formação continuada, tais como:

- A flexibilidade no tempo e espaço para o processo de aprendizagem;
- O foco da aprendizagem: a interação e mediação entre cursista-cursista, cursista-conteúdo, cursista-tutor;
- A inserção do cursista em uma prática profissional e/ou de vida que pode se associar ao aprendizado pretendido e possível de ser aplicado em sua realidade;
- A oferta, pela tecnologia utilizada, de ferramentas para o aprendizado em cenário flexível.

Para a socioeducação no Brasil, esse programa de formação continuada de capacitação dos operadores do SINASE, em certa medida, se revelaram inovadoras, se levarmos em consideração o cenário brasileiro. Cenário esse que por vezes é limitado no que tange à capacitação dos gestores e profissionais que atuam no dia a dia em instituições socioeducativas, e no próprio sistema da socioeducação.

Assim, a política de formação continuada para o SINASE, a partir desse Programa, se desdobrou não somente em cursos, mas também no desenvolvimento tecnológico pertinente, assim descritos:

**1. Portal de Gestão da Formação Continuada** – Construção de um Portal de Gestão da Formação Continuada. Uma vez que os processos de formação são a distância, com oficinas presenciais, fez-se necessário desenvolver uma plataforma tecnológica que permitiu operacionalizar a gestão dos processos de formação desde a seleção até a certificação, passando pela realização do curso e avaliação dos cursistas e do próprio curso. Esse portal serve também para a SDH poder acompanhar todo o processo de formação e suas repercussões nos estados e municípios.

**2. Curso EaD Matriz de Formação/SINASE** – com objetivo principal de capacitar os gestores e profissionais operadores do sistema às novas abordagens do Sistema Socioeducativo e ao conteúdo comum da Matriz;

**3. Curso EaD – Fortalecimento da Gestão** – com objetivo principal de capacitar os gestores no planejamento e na gestão estratégica para obter maiores subsídios tanto na capacidade de respostas adequadas às situações urgentes quanto em refletir e implementar novos cenários no atendimento às medidas socioeducativas e em questões estruturais.

**4. Curso EaD – Formação de Mediadores** – com objetivo principal de preparar futuros mediadores para assumirem um trabalho junto aos operadores do sistema em futuras capacitações.

#### ***A Escola Nacional de Socioeducação***

Como já discutido na unidade 1, o desdobramento e continuidade desse Programa de Formação Continuada, parceria SDH/PR e CEAG/UnB, a partir das discussões e ideias surgidas nos diferentes fóruns do SINASE, resultou na aprovação da Escola Nacional de Socioeducação, em dezembro de 2013, com a apresentação do documento que define os parâmetros de gestão, metodológicos e curriculares, que passará a funcionar a partir de 2014. Sem dúvida, a avaliação positiva conseguida no Programa de Formação anterior se constituiu em base confiável para uma continuidade da parceria para o biênio 2014/2015, quando se espera a consolidação da ENS.

Por conseguinte, pensar a política de formação dos profissionais que dá sustentação à política da socioeducação no Brasil, configurada na lei do SINASE, representa um avanço, pois se entende que o marco regulatório representa uma condição necessária, porém a suficiência da sustentabilidade da política ocorre com as mudanças geradas pela educação e formação das pessoas envolvidas. Sem dúvida, a ENS, quando efetivamente atuante, representará um passo decisivo para a socioeducação, pois resulta em um marco de convergência entre a teoria e a prática socioeducativa que irão transformar a realidade daqueles adolescentes em conflito com a lei, a partir de uma perspectiva que irá permitir enfrentar o problema na ótica do desenvolvimento humano.

#### ***Em continuidade***

Parece claro que esse formato de formação está se desenvolvendo, principalmente no âmbito governamental, conforme vimos nessa seção. Na seção a seguir, vocês terão oportunidade de discutir aspectos sobre a história da educação a distância, e como ela foi sendo adaptada conforme a tecnologia foi se desenvolvendo ao longo dos tempos, e principalmente o surgimento de um novo profissional, que assumiu a denominação de *tutor* para cursos na modalidade a distância e que vem se adaptando a esse meio e

alterando a tão antiga imagem do professor em salas, ministrando suas aulas, com atuação em escolas e universidades em todo o mundo.

Entendemos que como a Educação a Distância vem sendo ampliada e alterada ao longo dos tempos, a figura do tutor deve se adaptar não somente ao domínio das tecnologias, mas também se aprimorar de acordo com as propostas que cada curso vem a oferecer.

Mas esse debate sobre o papel do tutor e sua atuação em cursos a distância será o próximo tópico dessa unidade. A ideia da criação desse profissional denominado *mediador*, para o qual você está sendo formado nesse curso, sem dúvida guarda relação com o tutor de curso a distância, porém assume um sentido mais amplo e cuja experiência do profissional do SINASE se constituirá em base de sustentação na consolidação de todo o sistema.

## SEÇÃO 2

### **EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – EVOLUÇÃO HISTÓRICA E TUTORIA**

Marina Vasconcelos

#### ◆ *Conhecendo um pouco sobre a história da EAD*

Atualmente notamos que muitas instituições de ensino e órgãos públicos utilizam a EaD para levar conhecimento e aprendizagem para aqueles que não tem condições para ir até o espaço físico que torna possível o aprendizado, e/ou para aquelas pessoas que não possuem tempo para ficar dentro de uma sala de aula durante determinado período. A **flexibilização do tempo e do espaço** se torna elemento central na configuração de um formato diferenciado para ensinar e para aprender.

Embora, na atualidade e de forma geral, a EaD deixou de ser marginal, com ampliação da participação de cidadãos interessados em estudar a distância, torna-se importante recuperar a evolução histórica dessa modalidade, já bem difundida<sup>4</sup>

Pode-se observar essa evolução como reflexo da mudança tecnológica em diferentes momentos do desenvolvimento social, o que se convencionou chamar das gerações da educação a distância. Iniciada, em sua **primeira geração**, a partir do envio de conteúdos e atividades instrucionais na tecnologia do **material impresso**, e com uso dos **correios** como instrumento de comunicação, amplia o seu alcance com a utilização do **rádio** que acrescenta a **comunicação auditiva**, o áudio como possibilidade de aprendizagem, ainda que convivendo, e até complementado, pelo uso de material impresso e correios.

Alguns autores apontam o surgimento da EaD em meados do século XV, e outros até para um período de tempo maior, ainda na antiguidade (VARGAS, 2006). Ao longo dos tempos, a comunicação educativa teve como objetivo permitir a aprendizagem para pessoas a distância, principalmente por meio do intercâmbio de mensagens escritas.

---

<sup>4</sup> Para uma visão ampla e diferentes tópicos sobre a EaD, no Brasil e no mundo, ver Litto e Formiga (2009), vols. 1 e 2, sobre o estado da arte da educação a distância.

Como exemplos dessa primeira geração, no século XIX, é criada de 1856, em Berlim, por iniciativa de Charles Toussaint e Gustav Langenscheidt, a primeira escola de línguas por correspondência. Em 1873, em Boston, Anna Eliot Tícknor funda a Society to Encourage Study at Home. Em 1891, Thomas J. Foster, em Scanton (Pennsylvania), inicia um curso sobre medidas de segurança no trabalho de mineração, o International Correspondence Institute. A administração da Universidade de Wisconsin, em 1891, aprova uma proposta para a organização de cursos por correspondência nos serviços de extensão universitária (SARAIVA, 1996).

No Brasil, temos registros de circulação em jornais do Rio de Janeiro da oferta de cursos profissionalizantes por correspondência, antes de 1900. Porém o marco de referência, em 1904, é a instalação das Escolas Internacionais (Alves, 2009). Durante as duas primeiras décadas do século XX, tivemos o ensino por correspondência, com remessa de material didático por correios e utilização de ferrovias, semelhante aos outros países, embora estes iniciando um século antes.

O Brasil se destaca na segunda geração da EaD, quando em 1923 Roquete Pinto cria a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro lançando programas educacionais por radiodifusão, focados principalmente na educação popular, como forma de ampliar o acesso à educação, mas trazendo preocupações políticas ao governo, principalmente com a instauração da revolução de 1930, considerando tais programas com caráter subversivo. Nesse sentido, isso pode ser entendido como um exemplo da educação, no caso a distância, influenciando no desenvolvimento político da sociedade. Em 1937, foi criado o Serviço de Radiodifusão Educativa do Ministério da Educação.

Em 1946, o SENAC inicia suas atividades de formação para, em 1950, criar a Universidade do Ar, no Rio de Janeiro e em São Paulo, atendendo 318 localidades. Com a mudança política de 1964, com o golpe militar, principalmente em 1969 com o recrudescimento da censura, praticamente foi liquidada a educação via rádio. O desmonte da EaD de segunda geração, por meio do rádio, levou a uma queda do Brasil no ranking internacional, junto com seu pioneirismo, quando outros países prosseguiram na implantação de modelos similares.

O Brasil entra na **terceira geração** da EaD, principalmente a partir da década de 1970, com a televisão educativa. O Código Brasileiro de Telecomunicações, de 1967, determinou a transmissão de programas educativos pelas emissoras de radiodifusão e

televisões educativas. Vários incentivos foram dados a universidades e fundações para a instalação de canais educacionais. No início de 1970, surge o Centro Brasileiro de TV Educativa (Funtevê), como órgão integrante do Departamento de Aplicações Tecnológicas do Ministério da Educação e Cultura.

Também em 1970, foi criado o Telecurso do 1º e 2º graus. O programa surgiu de uma associação da Fundação Roberto Marinho com a Federação de Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). Essa experiência ganhou fôlego e, anos depois, foi criado o Telecurso 2000, que incorporou os dois Telecursos e usou a teledramaturgia no ensino dos conteúdos. Trata-se de uma das iniciativas educacionais mais bem-sucedidas da América Latina.

Nos anos 1980, a Associação Brasileira de Tecnologia Educacional (ABT) ofereceu cursos de aperfeiçoamento de recursos humanos. Houve, também, um programa de Ensino a Distância da UnB, iniciado em 1979 como curso de extensão. Criou-se, em 1985, a Coordenadoria de Educação a Distância, transformando-se em 1989, no Centro de Educação Aberta Continuada a Distância (CEAD). Reestruturado, o CEAD, hoje com a denominação de Centro de Educação a Distância, está ligado diretamente à Reitoria da Universidade de Brasília. Em 1990, surgiu o programa “Um salto para o futuro”, iniciativa do Ministério da Educação - MEC, concebido como apoio aos cursos de formação de professores que vão atuar nas primeiras séries do ensino básico (VARGAS, 2006).

Somente no século XXI, em junho de 2006, pelo decreto federal 5800, foi criado o Sistema da Universidade Aberta do Brasil, primeiramente localizado na Secretaria de Educação a Distância - SEED/MEC, para em abril de 2009 ir para a Diretoria de Educação a Distância – DED, da CAPES.

Trata-se de uma política pública de articulação entre a e a com vistas à expansão da educação superior, no âmbito do [Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE](#). Esta instituição tem por objetivo integrar as universidades públicas e oferecer cursos de nível superior para camadas da população que têm dificuldade de acesso à formação universitária, por meio do uso da metodologia da educação a distância. O público em geral é atendido, mas os professores que atuam na educação básica têm prioridade de formação, seguidos dos dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos

estados, municípios e do Distrito Federal.

Para atingir esse objetivo, a UAB desenvolveu uma proposta de funcionamento próprio, como articuladora entre as instituições de ensino superior e os governos estaduais e municipais, com vistas a atender às demandas locais por educação superior. Essa articulação estabelece qual instituição de ensino deve ser responsável por ministrar determinado curso em certo município ou certa microrregião por meio dos polos de apoio presencial. Feita a articulação entre as instituições públicas de ensino e os polos de apoio presencial, o Sistema UAB assegura o fomento de determinadas ações de modo a assegurar o bom funcionamento dos cursos (UAB – Capes 2005).

Para uma breve localização histórica da UAB, ver o vídeo <https://www.youtube.com/watch?v=xN3YCTqVCk0&hd=1>

Em virtude de todo esse crescimento e impacto da tecnologia no desenvolvimento da educação, houve uma necessidade dos países e pessoas se adaptarem a essa nova modalidade. Mesmo surgindo a Educação a Distância em tempos mais antigos, a revolução nas TIC trouxe consequências e mudanças no desenvolvimento da Educação. Portanto, como EAD é algo que está muito presente nos dias de hoje, nota-se uma necessidade de aprofundar sobre seus limites e desafios atuais, no contexto, não só das universidades, mas também nas políticas públicas.

◆ *A evolução da tecnologia nos dias atuais e como esse recurso pode ser aproveitado no ensino – a quarta e quinta gerações da EaD*

Pode-se entender a **quarta geração da EaD** com a introdução do computador individual e da tecnologia digital que permitiram o desenvolvimento de conteúdos multimídia, combinando vários sentidos e instrumentos como texto, áudio e vídeo e permitindo o desenvolvimento de jogos, não somente para finalidade sociais e de diversão, mas também para fins educacionais.

Você pode encontrar a história do desenvolvimento do computador individual (personal computer – PC) no link [http://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria\\_da\\_internet](http://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria_da_internet)

No entanto, o advento da Internet vem revolucionar a comunicação entre as pessoas e caracterizar a **quinta geração** da EaD. Sua origem pode ser identificada ainda na década de 1960, com finalidades militares, a partir da guerra fria entre Estados Unidos e União Soviética, onde era necessária uma rede integrada de computadores que permitisse a descentralização da informação, por questões de segurança. Daí evoluiu para uma rede direcionada à comunidade acadêmica e cientistas, para então ser popularizada por Tim Bernes-Lee, físico britânico, cientista da computação e professor do MIT, que criou a World Wide Web (WWW), em 1992, revolucionando a comunicação associada à tecnologia digital.

Sobre a história da Internet, acesse o link

[http://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria\\_da\\_internet](http://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria_da_internet)

No mundo de hoje, as pessoas possuem facilidade em obter informações com instrumentos tecnológicos mais sofisticados com o objetivo de organizar bases complexas de dados e informações por meio de sistemas baseados no conhecimento. Por este motivo, as pessoas estão ficando mais individualizadas, com um modo de vida diferente e modificando a cultura da sociedade, a chamada **cibercultura**<sup>5</sup>.

Assim, a sociedade atual necessita de amplos esforços coletivos para a construção de uma rede, que podemos chamar de **ecologias cognitivas flexíveis**, na qual venha prevalecer uma nova cultura de interfaces, ou seja, uma nova dimensão cultural de reflexão, na atitude de pensar com o uso frequente de novos recursos cognitivos, de novos métodos interpretativos da natureza, bem como de novos meios de extensão e intervenção da capacidade humana (QUADROS, 2002).

Percebe-se, a partir da história da EAD e dos avanços da tecnologia, que uma nova forma de ensino-aprendizagem está surgindo. De acordo com Silva (2003, p. 69), “a definição da educação online é como se fosse um conjunto de ações de ensino-aprendizagem desenvolvidas por meios telemáticos, como a Internet, a videoconferência e a teleconferência”.

A educação online está ampliando seu espaço, chegando à educação infantil até a pós-graduação. Pode abranger cursos totalmente virtuais, semipresenciais até cursos

---

<sup>5</sup> Um dos autores clássicos e precursores na compreensão da cibercultura foi Levy (1999).

presenciais, com atividades complementares fora da sala de aula, pela internet. “A educação online está em seus primórdios e sua interferência se fará notar cada vez mais em todas as dimensões e níveis de ensino” (Silva, 2003, p.69)

Atualmente, o ensino a distância esta se expandindo cada vez mais em todos os países. Várias instituições de ensino estão aderindo a essa maneira de ensino-aprendizagem. Diante essa expansão da Educação a Distância e parte dessa nova metodologia de ensino, foi necessário adequar a figura do professor a essa nova realidade, inclusive alterando sua denominação para **tutor**, como um novo profissional e um novo campo de formação.

◆ *Surgimento de um novo papel para o professor de cursos a distância - tutor*

Para dar início a uma discussão sobre tutoria, é importante rever alguns conceitos com relação ao ensino e aprendizagem. De acordo com Chaves (1999), há uma conexão conceitual entre a aprendizagem e ensino, pois não existe possibilidade de haver ensino sem a ocorrência de aprendizagem. O resultado desta união se torna um processo de fora para dentro como o **ensino** e também de dentro para fora, a **autoaprendizagem** ou aprendizagem não decorrente do ensino. A tese de Ryle (1967) aborda que o indivíduo tem capacidade de aprender coisas novas que lhe são ensinadas assim como também é capaz de construir novos conhecimentos, a partir do que lhe foi ensinado previamente, onde ele mesmo pode desenvolver o processo de autoaprendizagem.

A situação da autoaprendizagem ocorre independente do ensino onde o indivíduo busca construir o seu aprendizado a partir de novos conhecimentos, porém nem todo ensino resulta em um aprendizado. No entanto, o ensino não pode ser caracterizado sem uma associação à aprendizagem.

Os conceitos de ensino e aprendizagem podem ser considerados moralmente neutros, podendo-se aprender coisas valiosas, ou coisas sem valor ou mesmo nocivas. No entanto, do ponto de vista da educação, ele não pode ser considerado neutro, pois a própria natureza da educação é de fazer algo considerado moralmente correto e valioso, como valores sociais legítimos e acordados.

Esse conhecimento prévio sobre ensino e aprendizagem é importante, pois o tutor, como figura responsável por levar seus alunos a aprender, se torna uma figura de extrema importância dentro de um curso a distância.

A tutoria pode ser entendida como uma ação orientadora global, chave para articular a instrução ao aprendizado. O sistema tutorial compreende, desta forma, “um conjunto de ações educativas que contribuem para desenvolver e potencializar as capacidades básicas dos alunos, orientando-os a obterem crescimento intelectual e autonomia, e para ajudá-los a tomar decisões em vista de seus desempenhos e suas circunstâncias de participação como aluno” (SOUZA et alii, 2007, p.01).

Nesse sentido, mais do que ensinar determinado conteúdo, a atuação do tutor dentro de uma instituição de ensino está vinculada a um compromisso na formação de seus alunos que estão sendo capacitados para discutir e elaborar o conhecimento. Um tutor deve compreender esse contexto da modalidade a distância o qual fornece espaço para o debate, criação, e permissão para construir e desconstruir significados na sua ação formativa e na construção do saber científico. Ele deve está aberto às novas mudanças de paradigmas da tecnologia.

Ele é um profissional que tem condições de aprender a aprender e com competência para fazer participar de um curso a distância, incentivando a participação do aluno evitando a desistência, o desalento e o desencanto pelo saber. De acordo com Dandolini (2007), a tutoria deve atingir os seguintes objetivos, entre outros:

- a) auxiliar os alunos na construção autônoma do conhecimento;
- b) motivar os alunos a ter um trabalho cooperativo e colaborativo;
- c) auxiliar os alunos na organização de seus estudos;
- d) provocar questionamentos e sanar suas dúvidas.

Quando um trabalho de tutoria é eficaz, há uma aproximação dos sujeitos envolvidos na ação educativa, desde o coordenador do curso até o aluno no polo onde se realizam encontros presenciais, por exemplo. E para haver uma comunicação produtiva entre todos envolvidos em um curso, o papel de tutoria é muito, pois ele passa a ser o porta voz dos alunos importante (PHILIPSEN et alii. 2007).

Segundo Peters (2006), a atuação de um tutor dentro de um curso a distância é essencial, dentro de um processo de orientação dos alunos. A percepção do tutor deve estar voltada para um **trabalho colaborativo**, cooperando no processo de ensino-

aprendizagem. É necessário que ele assuma o papel de **orientador e motivador** e que o material didático e os métodos utilizados sejam adequados.

Outra função que o tutor deve assumir é da cobrança constante do **compromisso com o tempo de estudo** que o educando deve dedicar em sua formação. Um curso a distância exige **disciplina, organização do tempo** dedicado aos estudos e uma **densidade de interesse** por parte do aprendiz. Mesmo ele sabendo que essas posturas devem partir dos alunos, a presença do tutor, seja no polo presencial, seja no ambiente virtual, lembrando e cobrando, é fundamental para que todos tenham êxito na finalização do curso.

O tutor deve preparar o aluno a ter um **ritmo de estudo próprio** para o ensino a distância, ou seja, um aluno que decide estudar a distância deve ter consciência de que é necessário ter uma **participação** diária no ambiente virtual, bem como saber das datas das entregas das atividades e uma participação quase que constante dentro dos fóruns.

Ele deve ficar atento à participação dos alunos e acompanhar qualquer mudança. No momento em que notar qualquer situação diferente, deve verificar as causas das mudanças, ou da não participação, para poder orientá-los da melhor forma possível. Dentro de um curso a distância, existe um espaço em que os alunos discutem sobre o conteúdo estudado e o tutor faz uma **mediação na discussão** e convida os participantes ausentes a contribuírem no fórum. **Convidar para participar dos grupos de estudos** e agendar encontros para estes grupos também faz parte do trabalho do tutor.

De acordo com Palloff e Pratt (2004), a aprendizagem ocorre dentro de **vários estilos** e pesquisas demonstram que alunos aprendem melhor quando se aproximam do conhecimento por meio de um modo em que confiam. Adquirir essa confiança é essencial, pois alunos de um curso a distância tem alguns diferenciais, como o conhecimento estar disponível o tempo todo, via internet, os professores on-line, chats, vídeo conferências e ainda os grupos de estudos presenciais com a presença do tutor.

A complexidade do papel do tutor, dentro do ensino a distância, mostra a necessidade de um perfil profissional com habilidades e competências que são diferenciadas do paradigma do professor tradicional. Além de possuir **domínio atualizado do conteúdo** a ser ensinado e da **política educativa da instituição** onde está inserido, deve exercer uma **sedução pedagógica** adequada no processo educativo.

O tutor deve investir na construção de uma **relação de respeito e confiança**, buscando uma afeição dos alunos, pelo conteúdo aprendido, visando à superação dos obstáculos encontrados por aquele que quer aprender. Os **meios de comunicação** podem melhor motivar os alunos ao aprendizado para prender este público ao estudo, utilizando imagens, sons e movimentos e levando ao caminho desejado (GONZÁLES, 2004).

Dentro desse cenário da Educação a Distância, o papel do tutor está se desenvolvendo dentro de sua missão básica, que é aquele educador como os demais envolvidos no processo de gestão, acompanhamento e avaliação dos programas de ensino. O tutor é a ligação entre a instituição e o aluno. O contato a distância impõe aprimoramento e fortalecimento permanente dessa união, sem esse contato o curso pode perder o seu foco.

Essa relação pedagógica cria uma construção cotidiana. Quando está sozinho, o aprendiz pode perder o interesse no curso. Neste aspecto, o tutor pode ampará-lo e encaminhá-lo. Conforme o processo de aprendizagem se efetiva, a relação do aluno com o tutor se aprofunda, estreitando o laço afetivo e proporcionando uma ação educativa, uma vez que a educação deve ser vista sempre como uma prática social ligada à formação de valores e práticas do indivíduo para a vida social, em direção a uma autonomia maior, liberdade e diferenciação.

Se observarmos o tutor na perspectiva de uma pedagogia libertadora tem-se “a valorização da experiência vivida como base da relação educativa e a idéia de autogestão pedagógica”, segundo Luckesi (1993, P.64). Essa perspectiva pedagógica, se aplicada à EaD, coloca o tutor como o elo de ligação para a emancipação daquele indivíduo que quer aprender.

Para que o tutor exerça sua prática, é muito importante ressaltar a valorização das necessidades do aluno quanto ao conteúdo de ensino. Além disso, é essencial que esse profissional tenha algumas habilidades e características como: **facilidade de comunicação, criatividade, liderança e iniciativa** para realizar com sucesso o trabalho de **facilitador**, junto com o seu grupo de alunos sob sua tutoria.

Nota-se que para obter a capacidade de atuação como mediador, o tutor deve **conhecer a realidade de seus alunos** em todas as dimensões (pessoal, social, familiar e escolar). Essas características são de extrema importância para exercer certo diálogo, sabendo

ouvir, sendo **empático** e mantendo uma **atitude de cooperação**, de forma a que possa oferecer experiências de melhoria de qualidade de vida, participação, tomada de consciência e de elaboração dos próprios projetos de vida (GONZÁLES, 2004).

Além de captar a atenção do aluno, é importante que o tutor demonstre competência individual e de equipe para analisar realidades, formulando planos de ação coerentes com os resultados de análises e de avaliação, mantendo deste modo uma **atitude reflexiva e crítica** sobre a teoria e a própria prática educativa envolvida no processo.

O tutor deve ser capaz de auxiliar os seus alunos no planejamento das atividades programadas, promovendo e provocando a interação de modo a que atinjam os objetivos da formação, desenvolvam a capacidade de analisar problemas e a raciocinar criticamente. O tutor deve evitar impor os próprios valores e expectativas, e sim procurar realizar uma valorização de diferentes ideias e opiniões, mantendo o sigilo daquilo que lhe foi dado em confiança, apontando alternativas de solução para as questões apresentadas, indicando os recursos disponíveis na instituição e estimulando que o próprio grupo se mobilize para as necessidades detectadas.

Entre as várias habilidades de um bom tutor, explicita-se a sua capacidade de **se colocar no lugar do outro**. Dessa maneira, pode ter uma relação mais próxima com seus alunos e ampliar ainda mais a comunicação. Esses são elementos essenciais no exercício de uma tutoria. A **paciência e tolerância** devem fazer parte da práxis pedagógica, uma vez que é importante entender as limitações dos membros do grupo, assim como a compreensão das eventuais inibições e ritmo de cada um deles.

No papel de mediador entre o saber e o aprendiz, o tutor tem a perfeita consciência de que não é a única pessoa que possui um conhecimento exclusivo, mas antes de tudo, é uma ponte para fluência dos saberes em construção. Paulo Freire aborda o papel crucial que o professor deverá desempenhar: “Se a educação é dialógica, é óbvio que o papel do professor, em qualquer situação, é importante” (FREIRE 1970). Na medida em que ele dialoga com os seus alunos, deve procurar chamar atenção deles para um ou outro ponto menos claro, mais ingênuo, problematizando-os sempre.

Ainda segundo Freire (1970), o papel do educador não é de somente ficar inserindo conhecimentos da teoria, mas sim deve proporcionar uma relação dialógica educador-educando, e a organização do pensamento correto de ambos.

No exercício da arte de seduzir pedagogicamente, o tutor deve buscar a autenticidade dos seus atos pedagógicos e pessoais, já que é visto como um todo, devendo zelar pela verdade, já que esta, no campo pessoal e intelectual, simboliza o caminho para exercício da confiança, da criatividade e da liberdade dentro do grupo e fora dele. Segundo Teixeira (1997),

O educador deve levar em conta que o aluno não aprende jamais somente uma habilidade ele, simultaneamente, estará aprendendo outras coisas no gênero de gostos, aversões, desejos, inibições, inabilidades, enfim que toda a situação é um complexo de radiações, expansões e contrações ( p.5).

Segundo Cassol et alii (2004,p. 03), “o tutor ainda pode ser definido como um orientador acadêmico ou até de um facilitador. Cada instituição de ensino a distância constrói um modelo próprio tutorial, visando o atendimento das especificidades locais e regionais, incorporando, como complemento, as TICs”.

Em continuidade, “a tutoria tem como meta uma orientação acadêmica, acompanhamento pedagógico e avaliação da aprendizagem dos alunos a distância. Para exercer bem o seu papel, deve obter capacidades, habilidades e competências inerentes à função. Necessita expressar uma atitude de excelente receptividade diante do aluno e assegurar um clima motivacional” (CASSOL et alii, 2004, p.03).

Entendendo a tutoria como um subsistema dentro do sistema de EaD, “no primeiro contato com o aluno, o tutor deve expressar uma atitude de excelente receptividade para assegurar um clima motivacional e entendimento pleno. Deve informar ao estudante sobre a estrutura e o funcionamento do sistema de EaD, dos meios didáticos utilizados e do sistema de avaliação. Comentar sobre o sentido e o papel da tutoria no processo de ensino e aprendizagem em EaD”. (CASSOL et alii, 2004, p. 03).

O crescimento e o conhecimento dessa área se encontram em expansão, sob *estímulo do próprio governo*, tendo já aderido a EaD, gerando interesse para a capacitação de tutores que atuam na área de ensino, sendo portanto essa formação fundamental para o sucesso do aprendizado nessa modalidade e também na formação do cidadão brasileiro.

### *Da tutoria para o mediador da Escola Nacional de Socioeducação (ENS)*

Optamos, nessa unidade 3, apresentar e debater a questão da Educação a Distância, nos aspectos da política pública, do sua evolução histórica e, principalmente, das características que o tutor deve apresentar, em cursos a distância, enquanto um novo profissional que emergiu dessa modalidade. Isso porque, a partir do seu histórico, vemos que a figura do tutor encontra-se mais consolidada.

No entanto, com a criação da ENS, e a perspectiva adotada nos parâmetros de gestão, metodológicos e curriculares definidos, remete a uma reflexão sobre o que deverá ser o mediador para essa Escola. Parece claro que deverá assumir também as características de um tutor, porém elas deverão ser ampliadas, inclusive pela mudança de sua denominação para **mediador**.

Esperamos, com a unidade 4, nos aproximarmos mais desse novo ator para, conseguir ao final desse curso de formação, maior clareza e definição sobre esse mediador que passará a atuar na ENS. Assim, tendo como ponto de partida o tutor para a modalidade a distância na formação continuada, vamos avançar para a compreensão contextualizada do que será o mediador, inclusive dentro do SINASE.

Lembrando que iniciamos com o entendimento da **mediação de conflito**, julgada inerente à própria perspectiva do SINASE e o trabalho dos profissionais envolvidos com a socioeducação, avançamos para a compreensão da figura do **tutor** na formação a distância, para entrarmos na questão da **mediação pedagógica**, parte do trabalho do tutor, mas que será de fundamental importância como uma das dimensões do mediador para a ENS. Isso será visto na unidade 4.

Na unidade 5, então, complementaremos essa visão, buscando entender o mediador da ENS em seu papel de articulador institucional, ou como **mediador institucional**.

## REFERÊNCIAS

- ABRAEAD – Anuário Brasileiro Estatístico de Educação Aberta e a Distância, 2008.
- BERBAT, Marcio da Costa. *Formação de professores de Geografia na educação superior a distância: contextos institucionais em questão*. 2008. 253 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UERJ, Rio de Janeiro, 2008.
- BRASIL. Presidência da República. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial [da] União*. Brasília, 23 dez. 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação e Desporto. *Portaria nº 522, de 9 de abril de 1997*. Cria o Programa Nacional de Informática na Educação – PROINFO. Brasília: MEC, 1997.
- BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006. Institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. *Diário Oficial [da] União*. Brasília, 24 fev. 2006. p. 3.
- ENAP. Educação a distância em organizações públicas; mesa-redonda de pesquisa-ação. Brasília: ENAP, 2006.
- ENAP. Relatório de Gestão: Exercício 2011. Brasília: MPOG, 2011.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**, Editora Paz e Terra, Rio, 1970.
- GONZALES, M. **A arte na Sedução Pedagógica na Tutoria em Educação a Distância**. Artigos Artigonal. Diretório de Artigos gratuitos, abr. 2004. Disponível em <http://www.artigonal.com/educacao-online-artigos/a-arte-da-seducacao-pedagogica-na-tutoria-em-educacao-a-distancia-348606.htm> > Acesso 21 de set.2009.
- HANNA, D.E. **Organizational Models in Higher Education, Past and Future**. In: MOORE, M.G.; ANDERSON, W.G. (Orgs.) *Handbook of Distance Education*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 2003.

LÉVY, P. **A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço**. 3ª ed. SP: Loyola, 2000.

----- **Cibercultura**. SP: Editora 34, 1999

LITTO, F. M.; FORMIGA, M. (orgs.). **Educação a distância: o estado da arte**. Vol. 1. SP: Pearson Prentice Hall, 2009

LITTO, F. M.; FORMIGA, M. (orgs.). **Educação a distância: o estado da arte**. Vol. 2. SP: Pearson Prentice Hall, 2012.

NASCIMENTO, T.P.et al. **Escola Virtual ENAP: relato de experiência**. Brasília: CONSAD, 2005.

NISKIER, Arnaldo. **Educação a distância: a tecnologia da esperança**. São Paulo: Loyola, 1999.

QUADROS. S .P, **Em busca de uma pedagogia em rede**. Informativo quinzenal da Cidade do Conhecimento, Ano II – No 12, 2002.

ROGERS, C. R. e KINGET, G. M. **Psicoterapia e Relações humanas**. Belo Horizonte: Interlivros, 1977, v. 1 e 2

SARAIVA, T. **Educação a Distância no Brasil: lições da história**: Em Aberto, Brasília, ano 16, n70, abr/junho, 1996 disponível em: <pt.wikipedia.org/wiki/Estatuto\_da\_Criança\_e\_do\_Adolescente htm> Acesso em: 03/05/2009.

SEGENREICH, S. C. D. **Desafios da educação à distância ao sistema de educação superior: novas reflexões sobre o papel da avaliação**. *Educar*, Curitiba: Ed. UFPR, n. 28, p. 161-177, 2009.

SILVA, M. **Educação online**. São Paulo. Ed: Edições Loyola, 2003.

SOUZA.A.J; DANDOLINE.A.G; LEITZKE,V. **Os desafios de ser tutor num curso a distância** disponível em <http://ead.utfpr.edu.br/evento/desafiosdesertutor.pdf> ultimo acesso 10 de Agosto de 2009.

TEIXEIRA, M. “Ciência e arte de educar”. **Educação e Ciências Sociais**, v.2, n.5, ago. 1997, p. 5-22

CASSOL.P.M; LIMAS,O.C.J; SPANHOL,J.F; SOUZA.A.C. **Tutoria na Educação Distância**. Gestão de Sistemas de Educação a distância Educação Universitária

abr.2004 disponível em:<<http://www.abed.org.br/congresso2004/por/htm/088-TC-C2.htm>> Acesso 21 de set.2009.

VARGAS, M. **Bases conceituais**. Pós-Graduação em Educação a Distância. Brasília: CEAD/UnB, 2006.

VARGAS, M. **Parcerias Estratégicas no Ensino Superior**, Artigo no site do curso Pós-ead (2003).

Sites consultados:

<http://www.uab.capes.gov.br/>

<http://www.scielo.br/pdf/pp/v20n2/v20n2a13>

[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=244&Itemid=823](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=244&Itemid=823)

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112594.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112594.htm)

<http://www2.brasil.gov.br/crackepossivelvencer/home>

<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/link.html?categoria=268>

<http://www.uab.capes.gov.br>

<http://portal.rnp.br/web/veredasnovas>

<http://cederj.edu.br/fundacao>